JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.30 06:12:06 -03'00'

Allcare Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 19.841.730/0001-43

Demonstrações Contábeis Findas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	88	7	23.766	68.337
Aplicações financeiras	5	-	-	-	8.654
Créditos a receber de clientes	6	-	-	28.633	20.811
Impostos a recuperar	7	756	911	7.024	6.846
Bens e títulos a receber	8	-	-	36.662	5.001
Total do ativo circulante		844	918	96.085	109.649
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	9	-	-	4.150	4.026
Imposto diferido ativo	10	-	-	709	-
Investimentos	11	68.760	56.680	-	-
Imobilizado	12	10	16	9.829	3.421
Intangível	13	34.899	34.899	104.281	90.246
Total do ativo não circulante		103.669	91.595	118.969	97.693
Total do ativo		104.513	92.513	215.054	207.342

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante					
Débito de operações de assistência à saúde	14	-	-	61.413	67.261
Fornecedores		-	11	10.633	6.471
Obrigações com pessoal		8	6	14.609	12.221
Impostos e contribuições a recolher	15	-	5	6.231	6.175
Parcelamentos de tributos e contribuições	15	-	-	3.137	3.630
Passivo de arrendamento	16	-	-	1.753	1.173
Empréstimos e financiamentos	17	4.370	5.082	4.797	5.082
Partes relacionadas	19	22.753	13.008	22.753	13.008
Outras contas a pagar		-	-	531	527
Total do passivo circulante		27.131	18.112	125.857	115.548
Passivo não circulante					
Parcelamentos de tributos e contribuições	15	-	-	2.904	5.351
Passivo de arrendamento	16	-	-	2.337	287
Empréstimos e financiamentos	17	1.950	6.319	2.588	6.319
Provisão para contingências	18	-	-	2.088	1.917
Partes relacionadas	19	-	22.584	-	22.584
Imposto diferido passivo	10	-	-	3.848	9.838
Total do passivo não circulante		1.950	28.903	13.765	46.296
Patrimônio líquido	20				
Capital social		179.576	179.576	179.576	179.576
Prejuízos acumulados		(104.144)	(134.078)	(104.144)	(134.078)
Total do patrimônio líquido		75.432	45.498	75.432	45.498
Total do passivo e do patrimônio líquido		104.513	92.513	215.054	207.342

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	179.576	(152.044)	27.532
Lucro líquido do exercício	-	17.966	17.966
Saldos em 31/12/2022	179.576	(134.078)	45.498
Lucro líquido do exercício	-	29.934	29.934
Saldos em 31/12/2023	179.576	(104.144)	75.432

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	21	-	-	308.477	271.278
Custos dos serviços prestados	22	-	-	(115.611)	(115.383)
Lucro bruto		-	-	192.866	155.895
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	22	(335)	(1.923)	(62.674)	(56.238)
Depreciações e amortizações	13 e 14	(6)	(21)	(59.795)	(49.400)
Perdas com créditos incobráveis	23	-	-	(23.948)	(18.561)
Resultado de equivalência patrimonial	12	34.630	25.183	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	24	(161)	(98)	(4.136)	(2.914)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		34.128	23.141	42.313	28.782
Receitas financeiras	31	336	10.258	8.744	
Despesas financeiras		(4.225)	(5.511)	(6.056)	(6.983)
Resultado financeiro, líquido	25	(4.194)	(5.175)	4.202	1.761
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.934	17.966	46.515	30.543
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	-	(23.281)	(12.037)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10 e 26	-	-	6.700	(540)
Lucro líquido do exercício		29.934	17.966	29.934	17.966

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	29.934	17.966	29.934	17.966
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	29.934	17.966	29.934	17.966

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	29.934	17.966	29.934	17.966
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	6	21	59.795	49.400
Equivalência patrimonial	(34.630)	(25.183)	-	-
Constituição de provisão para contingências	-	-	186	212
Provisão para perdas esperadas	-	-	(5.271)	(3.109)
Juros com operações partes relacionadas	3.338	5.015	3.338	5.015
Juros e encargos sobre financiamentos	-	-	457	248
Juros sobre parcelamento	-	-	658	506
Juros sobre empréstimo	884	272	886	272
Imposto corrente	-	-	23.281	12.037
Imposto diferido	-	-	(6.700)	540
	(468)	(1.909)	106.564	83.087
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Créditos a receber de clientes	-	-	(2.551)	2.341
Impostos a recuperar	155	(76)	(178)	431
Bens e títulos a receber	-	-	(31.661)	(774)
Depósitos judiciais	-	-	(124)	1.170
Débito de operações de assistência à saúde	-	-	(5.848)	17.513
Impostos e contribuições a recolher	(5)	(1.235)	(23.225)	(12.204)
Parcelamentos de tributos e contribuições	-	-	(3.598)	(3.936)
Obrigações com pessoal	2	-	2.388	747
Fornecedores	(11)	5	4.162	84
Contingências	-	-	(15)	(90)
Outras contas a pagar	-	-	5	247
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(327)	(3.215)	45.919	88.616
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	8.654	(847)
Recebimento de dividendos	22.560	20.930	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(10)	(1.650)	-	-
Baixas no intangível e no imobilizado	-	74	20	292
Adição no intangível e no imobilizado	-	-	(80.258)	(54.265)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	22.550	19.354	(71.584)	(54.820)
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(16.177)	(27.449)	(16.177)	(27.449)
Aumento de capital nas controladas	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-
Captação de empréstimos	-	12.000	1.067	12.000
Pagamento de empréstimos – Principal	(5.081)	(629)	(5.083)	(629)
Pagamento de empréstimos – Juros	(884)	(242)	(886)	(242)
Captação de arrendamento	-	-	4.651	-
Contraprestação de arrendamento	-	-	(2.478)	(2.578)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(22.142)	(16.320)	(18.906)	(18.898)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(81)	(181)	(44.571)	14.898
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	7	188	68.337	53.439
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	88	7	23.766	68.337
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(81)	(181)	(44.571)	14.898

1. Contexto operacional: A Allcare Investimentos e Participações S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Allcare") é uma sociedade anônima constituída em 16 de outubro de 2014, com sede localizada na Avenida Rio Branco, 138, sala 1051 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades e companhias, como quotista ou acionista. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as empresas investidas apresentaram um crescimento expressivo pautado principalmente em um aumento no portfólio de produtos e parcerias com novas operadoras de planos de saúde. A Administração considera que a perpetuação dos resultados positivos auferidos nos últimos anos irão refletir positivamente nos indicadores econômicos, dentre eles o capital circulante líquido negativo observado em 31 de dezembro de 2023 na Controladora e no Consolidado pelos respectivos montantes de R$26.287 e R$29.772 (R$17.194 e R$5.899, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Os acionistas da Companhia aprovaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 27 de março de 2024. **1.1. Estrutura societária:** A Companhia iniciou suas atividades e m julho de 2014, e em novembro de 2014, com base em investimentos recebidos, adquiriu a totalidade das quotas de capital das Empresas abaixo discriminadas: • AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. (doravante denominada "Administradora São Paulo") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a administração de benefícios de planos de saúde coletivos por adesão, conforme Resolução Normativa - RN nº 196/2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, que tenham interesse em transferir a administração do plano de saúde coletivo por adesão oferecido a seus beneficiários. • AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. (doravante denominada "Administradora em Saúde") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, estrutura jurídica própria, tendo como principal finalidade a administração exclusiva de planos privados de assistência à saúde suplementar, na forma do que dispõe o artigo 34 da Lei nº 9.656/98, registrada sob o nº 417.459 junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e classificada como administradora de benefícios. A Administradora em Saúde foi constituída em setembro de 2009, conforme registro na JCDF nº 53101083126, sendo suas atividades iniciadas após o registro na Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS, datado de 16 de agosto de 2010. • AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. (doravante denominada "AllCare Corretora") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a corretagem de seguros no ramo vida, capitalização, planos previdenciários e planos de saúde, através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos que sejam objeto de sua atividade. • Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda. (doravante denominada "Solution") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a prestação de serviços de assessoria, consultoria e gestão administrativa, operacional e financeira à operadoras de seguros e planos de assistência privada à saúde e/ou a pessoas jurídicas públicas e privadas, incluindo, mas não se limitando a serviços de cobrança, entrevista qualificada para novos beneficiários ("aceitação"), movimentação cadastral, gestão de indicadores e análise de sinistralidade. Em junho de 2021, a Administração decidiu alterar o plano de negócio da Solution, optando pelo enceramento da atividade de prestação de serviço de corretagem. Tal fato, resultou na alteração da denominação social da Solution, anteriormente denominada Way Administração, Serviços e Corretora de Seguros Ltda. • JLDO Tecnologia Ltda. (doravante denominada "JLDO") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, incluindo, mas não se limitando à consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme apresentadas abaixo:

	2023	2022
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	100%	100%
AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	100%	100%
AllCare Administradora de Benefícios de São Paulo Ltda.	100%	100%
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda.	100%	100%
JLDO Tecnologia Ltda.	100%	100%

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Companhias, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas eliminações (i) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Companhias; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as Companhias; e (iii) identificação da participação dos acionistas não controladores. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações em Certificado de Depósitos Bancário - CDB e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.5. Reconhecimento de receita:** As receitas das controladas que atuam como administradoras de benefícios e reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, operando como estipulante ou prestadora de serviço para empresas, órgãos públicos ou entidades representativas que desejam contratar um plano de saúde e/ou odontológicos coletivo, referem-se a receita de taxa de administração (*over*), correspondente à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. Com relação à controlada que atua no ramo de corretagem de planos de saúde, atuando na intermediação da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos ofertados por seus clientes. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a prestação do serviço é confirmada pelos clientes (mediante a confirmação, pelo cliente, do recebimento da contraprestação do beneficiário final) por um valor previamente pactuado na celebração do contrato de agenciamento ou comissionamento. A receita é reconhecida pelas controladas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo dos valores a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços. **Custo para obtenção de contrato:** As controladas da Companhia que atuam como administradoras de benefícios incorrem em custos incrementais para obtenção de contratos, aquisição de carteira de clientes, que foram contabilizados como ativos. Tais ativos capitalizados são amortizados seguindo uma sistemática de cálculo elaborada pela Companhia que se baseia no prazo médio de fruição do benefício econômico gerado pela aquisição da respectiva carteira, ou seja, correlação entre a aferição da receita de clientes com os custos incrementais incorridos na obtenção do contrato. **2.6. Tributos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas dos respectivos tributos. Periodicamente, a Administração da Companhia avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido, é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.7. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado na Nota 12. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Com a adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos passam a ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, são capitalizados como ativo intangível e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em carteira, obtido através de metodologia desenvolvida pela equipe técnica atuarial da Companhia, revisado anualmente pela Administração e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros:** ***Ativos financeiros:*** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ***Mensuração subsequente:*** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. ***Desreconhecimento dos ativos financeiros:*** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** A Companhia, quando necessário, reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa de outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ***Passivos financeiros:*** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. ***Mensuração subsequente:*** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** A Companhia, após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado,

Continua

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.04.30 06:12:27 -03'00'

Continuação

utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. ***Desreconhecimento dos passivos financeiros:*** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **b) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.**2.11.Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetário de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras e, dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste. **2.15. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. ***Ativos de direito de uso:*** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, dentro dos critérios de fixação da taxa de depreciação adotada pela Companhia. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.10. ***Passivos de arrendamento:*** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As alterações no CPC 50, CPC 23 (IAS 8), CPC 32 (IAS 12), CPC 26 (R1) (IAS1) e CPC 23 (IAS 8), CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis ou relevantes. **2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação. (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras na Companhia. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras incluem os impostos, ativos imobilizados, ativos intangíveis, provisões e avaliação do valor recuperável de certos ativos. **4. Caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	1	15
Bancos - conta movimento	1	1	2.929	6.204
Aplicações financeiras – livres	87	6	20.836	62.118
	88	7	23.766	68.337

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, em sua totalidade, se encontram mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com sua remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento de 13,04% a.a. (12,39% a.a. em 2022).

5. Aplicações financeiras:

	Consolidado	
	2023	2022
Aplicações financeiras - vinculadas à ANS	-	8.654
	-	8.654

Em decorrência do início de vigência da Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022, as administradoras de benefícios passaram a observar as exigências de capital regulatório, sendo dispensadas em manter os ativos vinculados em favor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Diante deste cenário, a Empresa não possui em 31 de dezembro de 2023 aplicações financeiras vinculadas à ANS. **6. Créditos a receber de clientes;** Os créditos a receber de clientes estão apresentados líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos a receber de clientes e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	Consolidado	
	2023	2022
Administração de benefícios de assistência médica	36.584	25.515
Taxa de administração de benefícios	5.921	3.897
Provisão para perdas esperadas (i)	(13.872)	(8.601)
	28.633	20.811

(i) A provisão para perdas esperadas constituída pelas controladas da Companhia é elaborada com base em estudo comparativo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 48, pelo qual as provisões para perdas com créditos incobráveis são mensuradas por estimativa, com base na taxa histórica de perda esperada. O resumo por idade de créditos a receber de clientes é o seguinte:

	2023	2022
Créditos a vencer	25.359	8.573
Créditos em atraso até 30 dias	4.041	11.318
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	3.209	2.522
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.234	1.679
Créditos em atraso há mais de 91 dias	6.662	5.320
	42.505	29.412

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	8.601	5.492
(-) Reversão de provisão	(22.222)	(20.337)
Constituição de provisão	27.493	23.446
Saldo no final do exercício	13.872	8.601

7. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda retido	6	380	2.835	3.669
Imposto de renda a restituir	524	305	2.417	1.477
Contribuição social a restituir	114	114	684	604
PIS e COFINS a restituir	-	-	5	62
Impostos sobre serviços	-	-	42	12
INSS a compensar	-	-	929	910
IOF a recuperar	112	112	112	112
	756	911	7.024	6.846

8. Bens e títulos a receber:

	Consolidado	
	2023	2022
Valores a receber de pessoas jurídicas (i)	2.611	1.985
Adiantamento a fornecedores	6.554	870
Adiantamento operadora de planos de saúde (ii)	26.349	-
Adiantamento a funcionários	886	813
Créditos a receber das operadoras de planos de saúde (iii)	-	1.019
Outros valores	262	314
Total	36.662	5.001

(i) Refere-se substancialmente aos saldos a receber com as operadoras referente comissão sobre a venda dos planos de saúde. **(ii)** O saldo se refere a um acordo de antecipação de faturas relacionadas aos contratos estipulantes, cujo saldo foi totalmente compensado em fevereiro de 2024 pelos mesmos montantes. **(iii)** O saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2022, se refere ao acordo firmado com operadoras de planos de saúde, para regularização de divergência encontradas no repasse efetuado às respectivas Operadoras de Plano de Saúde. Tendo sido integralmente recebido no exercício de 2023.

9. Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	2023	2022
Depósitos judiciais - cíveis | regulatório	3.717	4.026
Bloqueios judiciais	433	-
	4.150	4.026

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las. O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias, conforme movimentação abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Diferenças temporárias entre o tratamento contábil e fiscal		
Provisão para contingências	300	(1.775)
Provisão para gratificações	4.667	20
Provisão participações no resultado	495	-
Impacto da adoção do CPC 06 (R2)	5	(149)
Impacto da adoção do CPC 47	7.237	(2.793)
Impacto da adoção do CPC 48	6.666	3.108
Base de cálculo - IRPJ e CSLL	19.370	(1.589)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.700	(540)
	2023	2022
Imposto diferido ativo	709	-
Imposto diferido passivo	3.848	9.838

11. Investimentos: A movimentação dos saldos de investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada como segue:

					Controlada
	2022	Adiantamento p/futuro aumento de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	2023
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	40.604	-	(8.410)	24.735	56.929
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	10.650	-	(14.150)	8.794	5.294
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda	1	10	-	28	39
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP	5.425	-	-	1.073	6.498
	56.680	10	(22.560)	34.630	68.760

					Controlada
	2022	Adiantamento p/futuro aumento de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	2023
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	37.548	-	(11.125)	14.181	40.604
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	12.793	-	(9.805)	7.662	10.650
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda	6	-	-	(5)	1
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP	431	1.650	-	3.345	5.425
	50.778	1.650	(20.930)	25.183	56.680

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais informações sobre as empresas investidas pela Companhia avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais podem ser resumidas da seguinte forma:

				31/12/2023
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/quotas (lote de mil)	% de participação
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	24.735	56.929	1.947	100%
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	8.794	5.294	1.959	100%
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.	1.073	6.499	22.864	100%
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda (i)	28	39	2.560	100%
JLDO Tecnologia Ltda.	-	-	2.071	100%

				31/12/2022
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/quotas (lote de mil)	% de participação
AllCare Administradora de Benefícios de SP Ltda.	14.177	40.604	1.947	100%
AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda.	7.662	10.650	1.959	100%
AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.	3.344	5.426	22.864	100%
Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda (i)	(4)	1	2.560	100%
JLDO Tecnologia Ltda.	-	-	2.071	100%

12. Imobilizado:

					Controladora
	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Móveis e utensílios	16	-	-	(6)	10
	16	-	-	(6)	10

					Controladora
	2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Móveis e utensílios	110	-	(73)	(21)	16
	110	-	(73)	(21)	16

						Consolidado
	2022	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	586	2.334	-	-	(182)	2.738
Móveis e utensílios	377	995	-	-	(188)	1.184
Equipamentos de informática	1.432	757	-	-	(410)	1.779
Máquinas e equipamentos	120	188	-	-	(29)	279
Direito de uso – aluguéis (i)	906	4.651	(20)	-	(1.688)	3.849
	3.421	8.925	(20)	-	(2.497)	9.829

						Consolidado
	2021	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	664	91	-	(22)	(147)	586
Móveis e utensílios	969	26	(264)	(47)	(307)	377
Equipamentos de informática	1.849	257	(28)	81	(727)	1.432
Máquinas e equipamentos	139	26	-	(12)	(33)	120
Direito de uso – aluguéis (i)	2.413	-	-	-	(1.507)	906
	6.034	400	(292)	-	(2.721)	3.421

(i) Direito de uso decorrente dos aluguéis celebrados pelas Controladas, diante da existência de múltiplas filiais no território nacional, coexistem diversos contratos de aluguéis, com diferentes prazos de vigência, de modo geral se enquadrando entre o prazo de 2 (dois) até 5 (cinco) anos.

13. Intangível:

					Controladora
	2022	Adições	Baixa	Amortizações	2023
Ágio (*goodwill*) na aquisição da AllCare Saúde e AllCare Corretora	34.899	-	-	-	34.899
	34.899	-	-	-	34.899

					Controladora
	2021	Adições	Baixa	Amortizações	2022
Ágio (*goodwill*) na aquisição da AllCare Saúde e AllCare Corretora	34.899	-	-	-	34.899
	34.899	-	-	-	34.899

					Consolidado
	2022	Adições	Baixa	Amortizações	2023
Softwares	2.803	11.504	-	(5.602)	8.705
Comissão de obtenção de vendas	41.770	27.688	-	(38.931)	30.527
Aquisição de carteira	10.774	32.141	-	(12.765)	30.150
Ágio (*goodwill*) na aquisição da AllCare Saúde e AllCare Corretora	34.899	-	-	-	34.899
	90.246	71.333	-	(57.298)	104.281

					Consolidado
	2021	Adições	Baixa	Amortizações	2022
Softwares	5.023	3.057	-	(5.277)	2.803
Comissão de obtenção de vendas	38.977	41.448	-	(38.655)	41.770
Aquisição de carteira	4.161	9.360	-	(2.747)	10.774
Ágio (*goodwill*) na aquisição da AllCare Saúde e AllCare Corretora	34.899	-	-	-	34.899
	83.060	53.865	-	(46.679)	90.246

a) Softwares: Os softwares registrados pelas controladas da Companhias referem-se, basicamente, ao sistema de computação *TopDown e SalesForce*, composto de fluxos operacionais das atividades operacionais das controladas, que permitem o controle das operações dos beneficiários e de sistemas relacionados à gestão para o segmento de atendimentos. A amortização dos softwares é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ou conforme prazo de utilização em contrato, tendo sido determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada. **b) Comissão de obtenção de vendas:** A amortização das comissões sobre obtenção de vendas é calculada com base no tempo médio de permanência dos beneficiários na carteira de cada Administradora, seguindo as diretrizes do CPC 47. **c) Aquisição de carteira:** As aquisições de carteira são amortizadas de acordo com a movimentação de exclusão dos beneficiários dos contratos ativados.**d) Ágio (*goodwill*) na aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda.:** O ágio reconhecido pela Companhia, no valor de R$34.899 está relacionado às aquisições das controladas AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda., realizadas em 9 de agosto de 2014, o qual se baseia na expectativa de rentabilidade futura das empresas. Anualmente, o ágio é submetido ao teste de ajuste ao seu valor provável de recuperação. A recuperação do ágio registrado pela Companhia foi analisada pela Administração, tomando como base os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As premissas que sustentam as conclusões do teste de recuperabilidade realizado vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas apresentaram resultados consistentes e em linha com as expectativas projetadas. A Administração entende que os progressos conquistados no exercício de 2023 e as expectativas atualizadas de crescimento das controladas suportam a recuperabilidade dos respectivos ágios. **e) Carteira de clientes e contrato de não competição:** As carteiras de clientes e contrato de não competição são relativas à aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Corretora de Seguros Ltda. A amortização desses montantes se dá com base na vida útil definida para os intangíveis, que são de 20 a 30 meses para carteira de clientes, e 60 meses para contrato de não competição. Em 31 de dezembro de 2023, não existe qualquer necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o valor registrado no ativo da Companhia e de suas controladas. **14. Débito de operações de assistência à saúde:** O saldo correspondente ao débito de operações de assistência à saúde refere-se ao repasse à operadora dos valores recebidos dos beneficiários descontando os valores que correspondem à remuneração das controladas da Companhia.

	Consolidado	
	2023	2022
Contraprestações recebidas antecipadamente	4.655	5.534
Contraprestações de assistência médica	66.381	66.481
Valor de coparticipação pagos antecipadamente (i)	(10.395)	(5.513)
Contraprestações de assistência odontológica	772	759
	61.413	67.261

(i) O saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se refere aos pagamentos antecipados para a modalidade de planos com coparticipação, a serem faturados subsequentemente aos beneficiários. **15. Impostos, contribuições a recolher e parcelamentos: a) Impostos e contribuições a recolher:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	1.317	1.942
Impostos sobre faturamento	-	-	2.152	1.873
Contribuições previdenciárias	-	3	2.082	1.034
FGTS	-	-	414	346
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1	266	979
IOF	-	1	-	1
	-	5	6.231	6.175

b) Parcelamentos:

	Consolidado	
	2023	2022
Parcelamento ANS (i)	4.262	6.874
Parcelamento IRPJ e CSLL (ii)	1.613	1.901
Parcelamento INSS(ii)	166	200
Parcelamento ISS(ii)	-	6
	6.041	8.981
Circulante	3.137	3.630
Não circulante	2.904	5.351

					Consolidado
	IRPJ e CSLL	INSS	ISS	ANS	Total
Saldo inicial	1.901	200	6	6.874	8.981
Juros	79	9	2	568	658
Pagamento	(367)	(43)	(8)	(3.180)	(3.598)
Saldo final	1.613	166	-	4.262	6.041

(i) Trata-se de parcelamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com prazo médio de 60 (sessenta) meses, com base em levantamento dos débitos de natureza regulatória decorrentes da aplicação de penalidades pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que vinham sendo discutidos no âmbito judicial. **(ii)** Trata-se de obrigações assumidas relacionadas à parcelamentos ordinários, regidos pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com previsão de amortização em 60 (sessenta) parcelas e atualização pela Selic. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa se encontra adimplente com suas obrigações relativas aos parcelamentos citados acima, conforme suas respectivas condições contratadas. **16. Arrendamento mercantil:** As Controladas da Companhia possuem obrigações originadas de aluguéis dos imóveis, nos quais se encontram sua sede e as filiais, atendendo às exigências e requisitos preceituados no CPC 06 (R2). Esses arrendamentos possuem prazo médio de cinco anos e foram mensurados a valor presente, reconhecidos no balanço patrimonial como ativo direito de uso, sendo sua movimentação apresentada conforme Nota 12. As Controladas da Companhia chegaram a sua taxa de desconto com base em uma ponderação das taxas de juros obtidos no mercado para financiamento de imóveis com características similares aos arrendamentos. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos de arrendamento. Em decorrência do reconhecimento dos referidos arrendamentos, as Controladas da Companhia apresentam o valor de R$4.090 (R$1.460 em 31 de dezembro de 2022) registrado como arrendamento mercantil, sendo R$1.753 no circulante e R$2.337 no não circulante. Os valores referem-se ao reconhecimento dos contratos de aluguéis de imóveis da sede e das filiais da Companhia enquadrados no CPC 06 (R2). Os passivos de arrendamento possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	4.666	1.272
Ajuste a valor presente	(576)	(100)
Leasing para aquisição de imobilizado	-	288
Total	4.090	1.460
Circulante	1.753	1.173
Não circulante	2.337	287

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Valor
2025	1.866
2026	471
	2.337

A movimentação dos passivos de arrendamento é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.460	3.790
Adição	4.651	-
Baixas	(20)	-
Encargos	457	248
Pagamentos	(2.458)	(2.578)
Saldo final	4.090	1.460

Continua

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.30 06:12:57 -03'00'

Continuação

17. Empréstimos e financiamentos: Em junho de 2022, a Controladora obteve um empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de R$12.000, em 31 de dezembro de 2023 seu saldo R$ 4.370 apresentado no passivo circulante e R$ 1.950 no passivo não circulante (em 31 de dezembro de 2022 R$5.082 apresentado no passivo circulante e R$6.319 no passivo não circulante) para suprir a necessidade de capital de giro. Referido empréstimo deverá ser liquidado no prazo de 36 meses.Em novembro de 2023, a controlada AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda., obteve um empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de R$ 1.067, sendo R$429 apresentado no passivo circulante e R$636 no passivo não circulante, para suprir a necessidade do capital de giro. Referido empréstimo deverá ser liquidado no prazo de 24 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	**11.401**	-	**11.401**	-
Captação	12.000	**1.067**	12.000	
Juros provisionados	**884**	272	**886**	272
Amortização de juros	**(884)**	(242)	**(886)**	(242)
Pagamentos	**(5.081)**	(629)	**(5.083)**	(629)
Saldo final	**6.320**	11.401	**7.385**	11.401

O empréstimo não possui cláusulas restritivas em seu contrato.

18. Provisão para contingências: Atualmente, a Companhia não possui contingências passiveis de provisionamento em sua operação. Com relação aos processos em andamento de suas controladas, elas constituíram provisão correspondente ao valor estimado dos processos com provável perda. As controladas AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda., AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. são parte integrante em processos judiciais de natureza cível, regulatória e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências são reconhecidas nas demonstrações financeiras das controladas em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, com base em posições periodicamente analisadas pelos advogados internos e assessores jurídicos externos, considerando o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e a saída de recursos para a liquidação das obrigações. Em relação aos processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$2.054 avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, as principais causas versam sobre: (i) questionamento a respeito da aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual dos beneficiários; (ii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por rescisão unilateral requerida pela operadora de plano de saúde; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a AllCare Administradora de Benefícios São Paulo possui discussões em andamento nas esferas administrativa e judicial no total de R$13.189, sendo R$ 232 na esfera administrativa com probabilidade de perda possível e, R$ 12.957 na esfera judicial (Execução Fiscal), com probabilidade de perda possível. Para os R$ 12.957, que se referem a discussões na esfera judicial a Companhia realizou a garantia do juízo, permitindo a apresentação de defesa. Em relação aos valores envolvidos, é preciso mencionar que as multas lavradas pela ANS sofreram movimentação, tendo sido encerradas as discussões administrativas inaugurando a discussão na esfera judicial, fazendo com que os valores fossem alterados devido a atualização monetária da dívida, acrescida dos honorários da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, órgão responsável por executar a dívida na esfera judicial. Por fim, quanto ao mérito das multas lavradas os principais motivos considerados pela ANS como infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, referem-se a condutas: (i) postergação da data de início de vigência do plano de saúde; (ii) cancelamento do plano de saúde do beneficiário indevidamente; (iii) suspenção do plano de saúde do beneficiário indevidamente; e (iv) não envio ou envio fora do prazo da carteira de identificação do beneficiário, sobre as quais a Empresa possui parecer jurídico de renomado jurista demonstrando a irregularidade das multas, assim como possui decisões administrativas da própria ANS, em sede de revisão administrativa, anulando os Autos de Infração, razão pela qual a probabilidade de perda possível representa a melhor e mais assertada classificação. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de perda nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e refletidas em suas demonstrações financeiras consolidadas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas

	2023		2022	
Contingência	**Possível**	**Provável**	**Possível**	**Provável**
Cível	-	**2.054**	-	**1.891**
AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	-	**1.765**	-	**1.756**
AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	-	**283**	-	**121**
AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	-	**6**	-	**14**
Regulatória	**13.189**	**34**	**12.489**	**26**
AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	**13.189**	**19**	**12.312**	**26**
AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	-	**15**	**177**	-
Trabalhista	-	-	**10**	-
AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	-	-	**10**	-
AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda.	-	-	-	-
	13.189	**2.088**	**12.499**	**1.917**

Movimentação da provisão para contingências:	2023	2022
Saldos no início do exercício	**1.917**	**1.795**
Constituição provisão	**200**	-
Constituição de parcelamento	-	**227**
Baixa por pagamento	**(15)**	**(90)**
Reversão de provisão	**(14)**	**(15)**
Saldos no final do exercício	**2.088**	**1.917**

19. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas – Passivo

	Controladora	
	2023	2022
Valores a pagar (ex-sócios) (i)	-	**12.790**
Cromossomo Participações III S.A. (ii)	**22.753**	**22.802**
	22.753	**35.592**

(i) Os valores a pagar referem-se à parcela devida ao ex-sócio da empresa AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP, adquiridas em 2014, tendo sido integralmente quitado no exercício de 2023. **(ii)** O contrato de mútuo entre a Companhia e a Cromossomo Participações III S.A., foi realizado durante o exercício de 2021 com finalidade de capital de giro, com prazo para pagamento até 30 de julho de 2024 e pagamento de juros mensais até a data de quitação. O saldo se encontra atualizado com base em 100% do CDI, refletindo as condições contratadas pela Companhia. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração (Controladora e Consolidado):** A remuneração com pessoal-chave da Administração da Companhia, incluindo os encargos, totalizou R$100 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$91 em 31 de dezembro de 2022). A remuneração com pessoal-chave da Administração, nas controladas da Companhia, incluindo os encargos, totalizou R$2.450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.316 em 31 de dezembro de 2022). **20. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R$179.576 mediante a emissão de 150.050.303 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	2023		2022	
Sócios	**Quantidade de ações (%)**		**Quantidade de ações (%)**	
Pamplona Fundo de Investimento em Participações	**179.576**	**100%**	**179.576**	**100%**

21. Receita líquida:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita com administração de beneficiários	**332.824**	**292.699**
Deduções da receita		
ISS	**(7.837)**	**(7.838)**
PIS	**(2.310)**	**(2.032)**
COFINS	**(13.423)**	**(11.551)**
Vendas Canceladas	**(123)**	-
Desconto Incondicionado	**(654)**	-
	308.477	**271.278**

22. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos serviços prestados				
Comissão	-	-	**(24.315)**	**(37.272)**
Premiação	-	-	**(35.730)**	**(26.904)**
Serviços Prestados	-	-	**(3.601)**	**(3.210)**
Pessoal próprio	-	-	**(51.965)**	**(47.997)**
Total	-	-	**(115.611)**	**(115.383)**
Despesas administrativas				
Pessoal próprio	**(100)**	**(1.693)**	**(35.573)**	**(25.609)**
Serviços de terceiros	**(144)**	**(138)**	**(5.835)**	**(9.267)**
Localização e funcionamento	**(65)**	**(68)**	**(14.551)**	**(15.224)**
Propaganda e marketing	**(26)**	**(23)**	**(3.585)**	**(3.323)**
Outros	-	**(1)**	**(3.130)**	**(2.815)**
Total	**(335)**	**(1.923)**	**(62.674)**	**(56.238)**
	(335)	**(1.923)**	**(178.285)**	**(171.621)**

23. Perda com créditos incobráveis:

	Consolidado	
	2023	2022
Provisões para perdas esperadas (Nota 6)	**(27.493)**	**(23.446)**
Reversão de provisão para perdas esperadas (Nota 6)	**22.222**	**20.337**
Perdas efetivas (i)	**(24.537)**	**(23.196)**
Recuperação de perdas efetivas	**5.860**	**7.744**
	(23.948)	**(18.561)**

(i) Referem-se, substancialmente, às perdas com créditos vencidos decorrentes de operação de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco da inadimplência perante as operadoras de saúde. **24. Outras receitas e despesas operacionais:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas operacionais	-	-	**113**	**12**
Descontos concedidos	-	-	**(1.092)**	**(139)**
Despesas operacionais	-	-	**(11)**	**(66)**
Intermediação de negócio	-	-	**(2.896)**	**(2.269)**
JLDO Tecnologia- Baixa Intangível (Nota 12)	-	-	-	-
Outras despesas comerciais	-	**(73)**	**1**	**(270)**
Despesas Tributárias	**(162)**	**(25)**	**(252)**	**(182)**
	(162)	**(98)**	**(4.137)**	**(2.914)**

25. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2022	2022	2022
Receita com aplicações financeiras	**31**	**336**	**8.949**	**6.983**
Juros sobre outros ativos	-	-	**1.309**	**1.761**
Total das receitas financeiras	**31**	**336**	**10.258**	**8.744**
Juros e encargos sobre financiamentos	-	-	**(457)**	**(248)**
Juros sobre parcelamento	-	-	**(658)**	**(506)**
Juros sobre empréstimo	**(884)**	**(272)**	**(886)**	**(272)**
Juros partes relacionadas	**(3.338)**	**(5.015)**	**(3.411)**	**(5.015)**
Encargos financeiros	**(3)**	**(224)**	**(644)**	**(942)**
Total de despesas financeiras	**(4.225)**	**(5.511)**	**(6.056)**	**(6.983)**
Resultado financeiro, líquido	**(4.194)**	**(5.175)**	**4.202**	**1.761**

26. Imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**46.515**	**30.538**
Perdas operacionais	**1.698**	**2.854**
Constituição de provisão (i)	**4.719**	**22.586**
Outras adições	**28.617**	**3.262**
Outras exclusões	**(922)**	
Impacto da adoção do CPC 06 (R2)	**8.100**	**38.692**
Impacto da adoção do CPC 47	**3.119**	**(41.448)**
Impacto na adoção do CPC 48	**603**	**3.651**
Reversão de provisão (i)	**(22.229)**	**(22.181)**
Solution Serviços e Gestão em Saúde	-	**4**
JLDO Tecnologia	-	-
AllCare Investimentos e Participações	**4.697**	**7.216**
	74.197	**45.174**
Compensação de Prejuízo Fiscal | BN CSLL	**3.213**	**8.469**
Base de cálculo imposto de renda e contribuição social	**71.704**	**36.705**
Imposto de Renda - 15%	**10.756**	**5.507**
Adicional de IR - 10%	**7.096**	**3.599**
Ajuste Incentivo Fiscal Ancine	**(413)**	**(48)**
Ajuste Incentivo Fiscal PAT	**(322)**	**(137)**
CSLL corrente - 9%	**6.164**	**3.117**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**23.281**	**12.037**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**6.699**	**(540)**

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Provisão para contingências; Provisão para participação nos lucros e resultados e Provisão para bônus administradores. **27. Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro:** A Companhia possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado e expectativas futuras. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, bens e títulos a receber, contas a pagar, fornecedores, débito de operações de assistência à saúde, parcelamentos e outras contas a pagar. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e bens e títulos a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, débitos operações de assistência de saúde e outras contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seções a seguir referem-se à posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2023. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações com benefícios pós-emprego, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: • A sensibilidade dos itens da demonstração do resultado reflete o efeito das mudanças assumidas em relação aos respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. • A sensibilidade do patrimônio é calculada considerando o efeito de quaisquer hedges de fluxo de caixa e hedges de investimento líquido de uma controlada no exterior em 31 de dezembro de 2023 para os efeitos das mudanças presumidas no risco. **Sensibilidade a taxa de juros:** A Companhia possui empréstimos em moedas locais sujeitos principalmente à flutuação da taxa do CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxa referencial obtida na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2023, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	**Cenário Iatual**	**Cenário II+ 25%**	**Cenário III+ 50%**
Taxa do CDI (a.a.)	13,04%	16,30%	19,56%

Análise da sensibilidade - Gerenciamento de risco: A Companhia possui a reconciliação do fluxo de caixa de forma a proporcionar um balanceamento entre os fluxos de caixa dos ativos e passivos. **27.1 Estrutura de capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou aumentar seu capital, através de emissão e venda de novas quotas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A classificação dos principais ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	Controladora					
	2023			2022		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Recebíveis	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado	Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	**88**	-	**88**	7	-	7
Aplicações financeira	-	-	-	-	-	-
Créditos a receber de clientes	-	-	-	-	-	-
Bens e Títulos a receber	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
	88	-	**88**	7	-	7

	Consolidado					
	2023			2022		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Recebíveis	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado	Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	**23.766**	-	**23.766**	**68.337**	-	**68.337**
Aplicações financeira	-	-	-	**8.654**	-	**8.654**
Créditos a receber de clientes	-	**28.633**	**28.633**	-	**20.811**	**20.811**
Bens e Títulos a receber	-	**36.662**	**36.662**	-	**5.001**	**5.001**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	**4.150**	**4.150**	-	**4.026**	**4.026**
	23.766	**69.445**	**93.211**	**76.991**	**29.838**	**106.829**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado. Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados pelo custo amortizado como segue:

	Controladora	
Passivos financeiros	2023	2022
Partes relacionadas	**22.753**	**35.591**
	22.753	**35.591**

Passivos financeiros	2023	2022
Débito de operações de assistência à saúde	**61.413**	**67.261**
Fornecedores	**10.633**	**6.471**
Parcelamentos de tributos e contribuições	**6.041**	**8.981**
Empréstimos e financiamentos	**7.384**	**11.401**
Partes relacionadas	**22.753**	**35.591**
	108.224	**129.705**

27.2. Risco de crédito: Contas a receber: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa. Para mitigar os riscos, a administração adota como prática análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, da seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus bens e títulos a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa. **27.3. Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. A Companhia vem monitorando continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e quando necessário altera suas diretrizes justificadamente. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. **27.4. Risco operacional:** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos. A diretoria comercial e operacional da Companhia é responsável por manter um nível aceitável de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. São responsáveis também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenhar controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenhar essas responsabilidades, definindo uma metodologia padrão de avaliação de risco e fornecendo uma ferramenta para o relatório sistemático de dados de perda operacional. **28. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2023:

Seguradora	**segurado**	**Ramo**	**Vigência**
Liberty Seguros	R$2.000	Incêndio - SEC Empresarial Apólice 1801610116	18/12/203 a 18/12/2024

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Farias Pereira de Sousa - Presidente
Ivan Nassif Souza – Diretor Financeiro
Juliana Aparecida Loiacone - Contadora Responsável - CRC: 1SP321785/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Conselho de administração da **Allcare Participações e Investimentos S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Allcare Participações e Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Marcelo Felipe L. de Sá - Sócio - Contador CRC-RJ094644/O